
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 16/2022

Revoga as Resoluções e Resoluções Administrativas que indica e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Emenda à Constituição do Estado do Ceará nº 92/2017, de 16 de agosto de 2017, que extinguiu o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que as competências da extinta Corte de Contas foram transferidas para este Tribunal, finalizando-se o processo de transição com a sanção da Lei Estadual nº 16.819, de 08 de janeiro de 2019, que adapta a redação da Lei Estadual nº 12.509, de 6 de dezembro de 1995 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado) à transferência das funções do extinto Tribunal de Contas dos Municípios para o Tribunal de Contas do Estado, promovida pela Emenda à Constituição Estadual nº 92, de 16 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO que o processo de transição em relevo teve como consequência a revogação tácita de praticamente todos os atos normativos do extinto TCM/CE, devendo-se, por segurança jurídica, apontar expressamente os dispositivos revogados, seja de forma implícita ou por revogação de fato, conferindo-se unidade e coerência ao corpo de normas desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO, outrossim, também com fundamento no princípio da segurança jurídica, a necessidade de indicação das normas desta Corte, revogadas tacitamente ou revogadas de fato;

RESOLVE, por unanimidade de votos:

Art. 1º Ficam revogadas as Resoluções e Resoluções Administrativas constantes dos Anexos I e II à presente Resolução Administrativa.

Art. 2º Esta Resolução Administrativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Votaram os Exmos. Srs. Conselheiros Valdomiro Távora (Presidente), Soraia Victor, Edilberto Pontes, Patrícia Saboya e Ernesto Saboia.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, aos 23 de agosto de 2022.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior
PRESIDENTE

Esta Resolução Administrativa foi publicada do DOE-TCE/CE de 24.08.2022

ANEXO I
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 16/2022

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 02/1995	TCM	Dispõe sobre os critérios de ascensão funcional dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 04/1998	TCM	Prorroga o prazo para vigência das Instruções Normativas de nº s 01/97 a 07/97
Resolução nº 06/1998	TCM	Dispõe sobre a exigibilidade de licitação para contratação de serviços rotineiros de advocacia e contabilidade pelas administrações municipais não aplicação de sanções, relativas à obrigação de remessa de balancetes e documentos mensais, do mês de janeiro de 2006.
Resolução nº 13/1998	TCM	Alterar a Resolução nº 06/98 que trata da exigibilidade de licitação de serviços de advocacia e contabilidade pelas Administrações Municipais.
Resolução nº 03/2000	TCM	Dispõe sobre o cálculo de aposentadorias voluntárias com Proventos Proporcionais e dá outras Providências.
Resolução nº 03/2001	TCM	Disciplina a concessão de diárias e pagamento de despesas com locomoção aos Conselheiros, Procuradores de Contas e Servidores do âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 01/2002	TCM	Dispõe sobre a classificação dos processos e procedimentos no Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 02/2002	TCM	Dispõe sobre prazos e comunicação dos atos processuais no Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 03/2002	TCM	Revoga as Resoluções que indica e dá outras providências.
Resolução nº 05/2002	TCM	Dispõe sobre a incidência de juros e correção monetária, nas sanções impostas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Resolução nº 02/2003	TCM	Atualiza os valores referentes às diárias concedidas aos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata a Resolução nº 03/2001, de 31 de maio de 2001.
Resolução nº 04/2004	TCM	Dispõe sobre o horário de expediente do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 05/2004	TCM	Modifica o Regimento Interno, nas disposições que tratam

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
		da eleição para os cargos de direção do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 06/2004	TCM	Trata da possibilidade de não aplicação de sanções relativas à obrigação de envio de documentos ao TCM, quando remetidos os disquetes do SIM, dentro dos padrões definidos.
Resolução nº 07/2004	TCM	Altera a Resolução nº 01/2004, de 11 de março de 2004, que dispõe sobre os Processos-fim Auxiliares de Provocação.
Resolução nº 08/2004	TCM	Cria o Processo-fim Auxiliar de Tomada de Contas de Gestão (TCS) e dá outras providências.
Resolução nº 02/2005	TCM	Dispõe sobre a criação, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, da Unidade Executora Local – UEL – do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios – PROMOEX, e dá outras providências.
Resolução nº 03/2005	TCM	Aprova proposta de projeto de lei, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos Conselheiros e Procuradores.
Resolução nº 02/2006	TCM	Trata da possibilidade de não aplicação de sanções, relativas à obrigação de remessa de balancetes e documentos mensais, do mês de janeiro de 2006.
Resolução nº 03/2006	TCM	Altera a Resolução nº 02/2002, de 16 de maio de 2002, especificamente o dispositivo que trata da forma de contagem de prazos.
Resolução nº 05/2006	TCM	Trata da possibilidade de não aplicação de sanções, relativas à obrigação de remessa de dados, através do Sistema de Informações Municipais – SIM, dos meses de janeiro a junho de 2006.
Resolução nº 01/2007	TCM	Trata da possibilidade de não aplicação de sanções, relativas à obrigação de remessa de dados, através do Sistema de Informações Municipais – SIM, do mês de janeiro de 2007.
Resolução nº 03/2007	TCM	Altera a Resolução nº 03/2001, de 31 de maio de 2001, que disciplina a concessão de diárias e pagamento de despesas com locomoção.
Resolução nº 04/2007	TCM	Regula o uso do brasão do estado do Ceará e da logomarca

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
		do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 05/2007	TCM	Atualiza os valores referentes às diárias concedidas aos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata a Resolução nº 03/2001, de 31 de maio de 2001.
Resolução nº 06/2007	TCM	Aprova proposta de projeto de lei, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará., dispondo sobre a extinção e criação dos cargos de direção e assessoramento do Tribunal de Contas dos Municípios, e cria a Escola de Gestão e Contas do TCM
Resolução nº 08/2007	TCM	Cria o serviço de atendimento programado (SAP) no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios e dá outras providências.
Resolução nº 09/2007	TCM	Altera a Resolução nº 02/2005, que trata da criação, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, da unidade executora local – UEL – do programa de modernização do controle externo dos estados, Distrito Federal e municípios – PROMOEX.
Resolução nº 10/2007	TCM	Redefine a estrutura administrativa e organizacional e altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 01/2008	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que redefiniu a estrutura administrativa e organizacional e alterou o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 02/2008	TCM	Altera a Resolução nº 01/2002, de 16 de maio de 2002, que dispõe sobre a classificação dos processos e procedimentos no Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 03/2008	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007
Resolução nº 05/2008	TCM	Dispõe sobre os processos fim auxiliares de provocação e revoga a Resolução nº 01/2004, de 11 de março de 2004.
Resolução nº 06/2008	TCM	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Resolução nº 08/1998, de 01 de outubro de 1998), na parte que dispõe sobre a Auditoria, e dá outras providências.
		Regulamenta o Art. 16, §2o., da Lei Estadual nº 14.255/2008, de 27 de novembro de 2008, que dispõe

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 01/2009	TCM	sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 02/2009	TCM	Constitui Comissão Paritária, com o objetivo de definir os critérios da Gratificação de Incentivo à Produtividade – GIAP, de que trata o Art. 18, VII, da Lei Estadual nº 14.255/2008, de 27 de novembro de 2008.
Resolução nº 03/2009	TCM	Atualiza a nomenclatura dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, na tabela de valores de diárias, de que trata a Resolução nº 03/2001, de 31 de maio de 2001.
Resolução nº 04/2009	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que redefine a estrutura administrativa e organizacional do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 05/2009	TCM	Trata da possibilidade de não aplicação de sanções, relativas à obrigação de remessa de dados, através do Sistema de Informações Municipais – SIM, do mês de janeiro de 2009.
Resolução nº 06/2009	TCM	Regulamenta o Art. 18, da Lei Estadual nº 14.255/2008, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 07/2009	TCM	Dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 10/2009	TCM	Aprova anteprojeto de lei, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dispondo sobre o subsídio dos Auditores do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 11/2009	TCM	Constitui Comissão Paritária, com o objetivo de definir a metodologia, os critérios, os procedimentos e os indicadores para o Programa de Avaliação de Desempenho, de que trata o Art. 13, da Lei Estadual nº 14.255/2008, de 27 de novembro de 2008.
Resolução nº 12/2009	TCM	Aprova proposta de projeto de lei, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos Conselheiros e Procuradores.
Resolução nº 13/2009	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que redefiniu a estrutura administrativa e organizacional e alterou o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 02/2010	TCM	Dispõe sobre a ascensão funcional dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 01/2011	TCM	Aprova proposta de projeto de lei, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores dos serviços auxiliares do Quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 02/2011	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 03/2011	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que redefiniu a estrutura administrativa e organizacional e alterou o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 04/2011	TCM	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Resolução nº 08/1998, de 01 de outubro de 1998) e a Resolução nº 01/2002, de 16 de maio de 2002, nos dispositivos que tratam das atribuições dos Auditores.
Resolução nº 05/2011	TCM	Altera a Resolução nº 05/2008, de 02 de outubro de 2008, que dispõe sobre os processos fim auxiliares de provocação.
Resolução nº 07/2011	TCM	Dispõe sobre a fluência de prazos e a prática de atos processuais no mês de julho de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 09/2011	TCM	Dispõe sobre a Ouvidoria no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 10/2011	TCM	Dispõe sobre a Controladoria no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 11/2011	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que redefiniu a estrutura administrativa e organizacional e alterou o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 13/2011	TCM	Altera a Resolução nº 06/2009, de 05 de março de 2009, que Regulamenta o Art. 18 da Lei Estadual nº. 14.255/2008, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 14/2011	TCM	Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Resolução nº 08/1998, de 01 de outubro de 1998), na parte que dispõe sobre a Auditoria.
Resolução nº 15/2011	TCM	Dispõe sobre a criação do cadastro eletrônico de jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 16/2011	TCM	Dispõe sobre a criação do Coral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 17/2011	TCM	Altera a Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que redefiniu a reestrutura administrativa e organizacional e alterou o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do estado do Ceará, no dispositivo que trata sobre o Comitê Gestor.
Resolução nº 19/2011	TCM	Atualiza os valores referentes às diárias concedidas aos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata a Resolução nº 03/2001, de 31 de maio de 2001.
Resolução nº 20/2011	TCM	Aprova proposta de projeto de lei, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores que compõem o Grupo Ocupacional Atividades de Controle Externo do Quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará e sobre a revisão do subsídio dos Auditores desta Corte de Contas.
Resolução nº 01/2012	TCM	Altera a Resolução nº 06/2009, de 05 de março de 2009, que regulamenta o Art. 18 da Lei Estadual nº 14.255/2008, de 27 de novembro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios.
Resolução nº 04/2012	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 05/2012	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 06/2012	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores que compõem o Grupo Ocupacional Atividades de Controle Externo do Quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 01/2013	TCM	Aprova proposta de projeto de lei, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, dispondo sobre o reajuste dos subsídios dos Conselheiros, Procuradores e Auditores desta Corte de Contas.
Resolução nº 02/2013	TCM	Altera a Resolução nº 12/2011, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a guarda, destinação e digitalização de documentos nos arquivos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará e cria a Comissão de Avaliação de Documentos.
Resolução nº 03/2013	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 04/2013	TCM	Institui o auxílio-alimentação para os membros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 08/2013	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, dispondo sobre alterações na Lei nº 14.255, de 27 de novembro de 2008, que trata sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 09/2013	TCM	Dispõe sobre o processo em meio eletrônico para o desempenho das atribuições de controle externo relativas à fiscalização, apreciação e julgamento das matérias de competência do Tribunal.
Resolução nº 10/2013	TCM	Dispõe sobre a implantação e a regulamentação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 11/2013	TCM	Dispõe sobre alterações na Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 – Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 12/2013	TCM	Dispõe sobre alterações na Resolução nº 02/2002, de 16 de maio de 2002.
Resolução nº 13/2013	TCM	Dispõe sobre alteração na Resolução nº 01/2002, de 16 de

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
		maio de 2002.
Resolução nº 01/2014	TCM	Dispõe sobre alteração na Resolução nº 12/2013, de 05 de dezembro 2013.
Resolução nº 02/2014	TCM	Dispõe sobre alterações na Resolução nº 10/2007, de 13 de dezembro de 2007, que define a estrutura administrativa e organizacional do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 03/2014	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, visando alterar a lei que dispõe sobre a revisão geral de 2014 da remuneração dos servidores que compõem o Grupo Ocupacional Atividades de Controle Externo do Quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 04/2014	TCM	Disciplina o pagamento de diferenças remuneratórias relativas à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) devidas a conselheiros ativos e inativos e a seus pensionistas.
Resolução nº 06/2014	TCM	Atualiza os valores referentes às diárias concedidas aos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata a Resolução nº 03/2001, de 31 de maio de 2001.
Resolução nº 07/2014	TCM	Regulamenta a concessão do auxílio-alimentação para os servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 08/2014	TCM	Altera a Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 (Regimento Interno), a Resolução de nº 05/2002, de 27 de junho de 2002, e a Resolução nº 05/2008, de 02 de outubro de 2008, e dá outras providências.
Resolução nº 11/2014	TCM	Dispõe sobre alterações nas Resoluções de nºs 02/2010, de 15 de julho de 2010, que dispõe sobre a ascensão funcional dos servidores do Tribunal de Contas dos Municípios, e 06/2009, de 05 de março de 2009, que regulamenta a Gratificação de Incentivo à Produtividade – GIAP.
Resolução nº 12/2014	TCM	Disciplina o pagamento de indenização por férias não gozadas.
Resolução nº 13/2014	TCM	Disciplina o pagamento de diferenças remuneratórias relativas à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), devidas aos membros ativos, inativos, exonerados e pensionistas do Ministério Público de Contas junto ao

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
		TCM/CE.
Resolução nº 14/2014	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, a fim de promover a criação de cargos efetivos no quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, assim como a criação de cargos de provimento em comissão.
Resolução nº 15/2014	TCM	Disciplina o pagamento de ajuda de custo para moradia aos Conselheiros, Auditores Substitutos de Conselheiros e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 16/2014	TCM	Altera a Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 (Regimento Interno).
Resolução nº 17/2014	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores que compõem o Grupo Ocupacional Atividades de Controle Externo do Quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 18/2014	TCM	Dispõe sobre o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Waldemar Alcântara.
Resolução nº 01/2015	TCM	Dispõe sobre Auditoria Operacional no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 02/2015	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, dispondo sobre o reajuste dos subsídios dos Conselheiros, Procuradores e Auditores Substitutos de Conselheiros desta Corte de Contas.
Resolução nº 03/2015	TCM	Altera a Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 (Regimento Interno).
Resolução nº 04/2015	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, visando a modificar a composição do quadro de estagiários da Assessoria de Imprensa.
Resolução nº 05/2015	TCM	Dispõe acerca da não aplicação de sanções quanto à obrigação de remessa de dados e informações através do Sistema de Informações Municipais – SIM, relativas ao mês de janeiro de 2015.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 06/2015	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, visando a modificar a composição do quadro de estagiários da Diretoria de Fiscalização – DIRFI.
Resolução nº 07/2015	TCM	Dispõe sobre a denominação da sala destinada ao atendimento dos advogados e contadores no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 09/2015	TCM	Altera a Resolução nº 06/2009, de 05 de março de 2009.
Resolução nº 10/2015	TCM	Altera a Resolução nº 07/2009, de 05 de março de 2009, que dispõe sobre o programa de estágio no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, visando à ampliação dos cursos de formação abrangidos pelo programa de estágio no Tribunal.
Resolução nº 11/2015	TCM	Altera a Resolução nº 07/2014, que regulamenta a concessão do auxílio-alimentação para os servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 12/2015	TCM	Altera a Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 (Regimento Interno).
Resolução nº 01/2016	TCM	Altera a Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 (Regimento Interno).
Resolução nº 02/2016	TCM	Dispõe acerca da não aplicação de sanções quanto à obrigação de remessa de dados e informações através do Sistema de Informações Municipais – SIM, relativas ao mês de janeiro de 2016.
Resolução nº 03/2016	TCM	Dispõe sobre o sistema de registro e controle de frequência dos servidores e sobre a realização de trabalhos fora das dependências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 05/2016	TCM	Altera a Resolução nº 08/1998, de 1º de outubro de 1998 (Regimento Interno).
Resolução nº 06/2016	TCM	Dispõe sobre alterações na Resolução nº 02/2010, de 15 de julho de 2010.
Resolução nº 07/2016	TCM	Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, do acesso às informações públicas e aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 08/2016	TCM	Dispõe sobre alterações na Resolução nº 09/2011, de 13 de outubro de 2011, que dispõe sobre a Ouvidoria no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 01/2017	TCM	Dispõe sobre alterações no Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Resolução nº 08/1998, de 01 de outubro de 1998) e na Resolução nº 01/2002, de 16 de maio de 2002, nas partes que dispõem sobre as competências dos Auditores Substitutos de Conselheiros.
Resolução nº 02/2017	TCM	Dispõe sobre alteração no Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios (Resolução nº 08/1998, de 01 de outubro de 1998).
Resolução nº 03/2017	TCM	Aprova proposta de projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores que compõem o Grupo Ocupacional Atividades de Controle Externo do Quadro V – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.
Resolução nº 04/2017	TCM	Dispõe sobre alterações na Resolução nº 02/2002, de 16 de maio de 2002, que dispõe sobre a contagem de prazos no Tribunal; na Resolução nº 04/2004, de 26 de agosto de 2004, que dispõe sobre o horário de expediente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará; e na Resolução nº 03/2016, de 31 de março de 2016, que dispõe sobre o sistema de registro e controle de frequência dos servidores e sobre a realização de trabalhos fora das dependências do Tribunal.
Resolução nº 05/2017	TCM	Dispõe sobre a uniformização e padronização da formatação dos acórdãos e pareceres prévios exarados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.

ANEXO II
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 16/2022

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução nº 1889/2006	TCE	Dispõe sobre a elaboração e o envio ao Tribunal Regional Eleitoral da relação de gestores com contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução nº 2637/2006	TCE	Altera a Resolução nº 1345, de 1º de junho de 2005, e dá outras providências.
Resolução nº 946/2007	TCE	Dispõe sobre a implementação da parte variável da gratificação de desempenho da carreira de controle externo – GDCE aos servidores em efetivo exercício do cargo/fundação perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução nº 1593/2007	TCE	Altera a nomenclatura das unidades que indica integrantes da estrutura organizacional deste tribunal de contas e dá outras providências.
Resolução nº 2774/2007	TCE	Dispõe sobre a necessidade de dotar os Auditores e Membros do Ministério Público especial de recursos humanos mínimos para o desempenho de suas atividades que ora se iniciam no Tribunal.
Resolução nº 3079/2007	TCE	Regulamenta os critérios de desempenho e os requisitos para a progressão funcional e promoção dos servidores em efetivo exercício do cargo/função perante o Tribunal de Conta do Estado do Ceará.
Resolução nº 3158/2007	TCE	Fixa, para o exercício de 2008, o valor a partir do qual a Tomada de Contas Especial será encaminhada, imediatamente, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará para julgamento.
Resolução nº 3161/2007	TCE	Altera a Resolução nº 946, de 24 de abril de 2007, e dá outras providências
Resolução nº 3164/2007	TCE	Dispõe sobre o entendimento dominante desta Corte de Contas, que em seus recentes julgados, tem apreciado a legalidade de atos da mesma natureza, autorizando o registro com ressalva.
Resolução Administrativa nº 5/2008	TCE	Cria orientações para a Especialidade Auditoria, Fiscalização e Avaliação a Gestão Pública, na Área Controle Externo do Cargo de Analista de Controle Externo.
Resolução Administrativa nº 1/2009	TCE	Modifica e acrescenta dispositivos à Resolução nº 3.163, de 19 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução Administrativa nº 4/2009	TCE	Altera a Resolução nº 946, de 24 de abril de 2007 e dá outras providências.
Resolução Administrativa nº 11/2009	TCE	Acrescenta e modifica dispositivos da Resolução nº 3163/2007
Resolução Administrativa nº 1/2010	TCE	Altera a Resolução nº 1345 de 1º de junho de 2005, e dá outras providências.
Resolução Administrativa nº 2/2010	TCE	Acrescenta e modifica dispositivos na Resolução nº 3.163, de 19 de dezembro de 2007.
Resolução Administrativa nº 2/2011	TCE	Acrescenta e modifica dispositivos na Resolução nº 3.163, de 19 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução Administrativa nº 01/2009.
Resolução Administrativa nº 6/2011	TCE	Procede nova lotação dos cargos em comissão do gabinete do Titular afastado.
Resolução Administrativa nº 2/2012	TCE	Altera o art. 30 da Resolução nº 3163, de 19 de dezembro de 2007.
Resolução Administrativa nº 3/2012	TCE	Acrescenta parágrafo único no art. 1º, acrescenta §2º e altera a redação do §1º do art. 5º da Resolução nº 3079/2007, que regulamenta critérios de desempenho e os requisitos para a progressão funcional e promoção para os servidores em efetivo exercício do cargo/função perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução Administrativa nº 4/2012	TCE	Altera a Resolução Administrativa nº 3079/2007, modificada pela Resolução Administrativa nº 03/2012, que regulamenta os critérios de desempenho e os requisitos para a progressão funcional e promoção dos servidores em efetivo exercício do cargo/função perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução Administrativa nº 4/2013	TCE	Promove alterações na Resolução nº 3.163, de 19 de dezembro de 2007.
Resolução Administrativa nº 5/2013	TCE	Regulamenta os critérios de desempenho e os requisitos para a progressão funcional e as promoções dos servidores em efetivo exercício em cargo/função no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução Administrativa nº 6/2013	TCE	Acrescenta dispositivo à Resolução Administrativa nº 05/2013 e dá outras providências.
Resolução Administrativa nº 2/2014	TCE	Altera o art. 28 da Resolução nº 3.163, de 19 de dezembro de 2007, com a redação dada pela Resolução Administrativa nº 04/2013.
Resolução Administrativa nº 11/2014	TCE	Dispõe sobre a destinação de 32 (trinta e dois) cargos de Analista de Controle Externo.

NORMATIVOS REVOGADOS	ÓRGÃO DE ORIGEM	DESCRIÇÃO
Resolução Administrativa nº 12/2014	TCE	Dispõe sobre a destinação de 10 (dez) cargos de Técnico de Controle Externo.
Resolução Administrativa nº 19/2014	TCE	Acrescenta e modifica dispositivos na Resolução nº 3.163, de 19 de dezembro de 2007.
Resolução Administrativa nº 1/2015	TCE	Dispõe sobre a revisão dos subsídios dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e dos Procuradores de Contas do Ministério Público Especial.
Resolução Administrativa nº 5/2015	TCE	Altera dispositivo da Resolução Administrativa nº 3163/2007, modificada pela Resolução Administrativa nº 02/2010.
Resolução Administrativa nº 2/2016	TCE	Altera o dispositivo da Resolução nº 03163/2007 e da Resolução Administrativa nº 06/2008, e dá outras providências. Resolução Administrativa nº 3163/2007 consolidada com a Resolução Administrativa nº 02/2016.
Resolução Administrativa nº 9/2016	TCE	Dispõe sobre a Política de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução Administrativa nº 18/2016	TCE	Fixa, para o exercício de 2017, o valor a partir do qual a Tomada de Contas Especial será encaminhada, imediatamente, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará para julgamento.
Resolução Administrativa nº 1/2017	TCE	Altera dispositivos da Resolução nº 3163/2007 e dá outras providências.
Resolução Administrativa nº 7/2017	TCE	Restabelece o horário de expediente na sede Cambéba, bem como os demais dispositivos sobre contagem de prazos e sistema de regime e controle de frequência que haviam sido alterados pela Resolução nº 04/2017, de 06 de abril de 2017.
Resolução Administrativa nº 9/2017	TCE	Fixa o valor a partir do qual ficará dispensada a instauração de tomada de contas especial.
Resolução Administrativa nº 9/2018	TCE	Regulamenta o Teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
Resolução Administrativa nº 10/2018	TCE	Fixa o valor a partir do qual ficará dispensada a instauração de Tomada de Contas Especial.
Resolução Administrativa nº 7/2019	TCE	Altera o §3º do art. 11 da Resolução Administrativa nº 09/2018.
Resolução Administrativa nº 2/2020	TCE	Fixa o valor a partir do qual ficará dispensada a instauração de Tomada de Contas Especial.